PARQUES URBANOS SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM ESTUDO DO PARQUE DA PEDREIRA EM IJUÍ/RS

Urban parks from a gender perspective: a study of the quarry park in Ijuí/RS

Parques urbanos desde una perspectiva de género: un estudio del parque de la cantera en Ijuí/RS

DOI: 10.48075/igepec.v29i1.34776

Caroline Prediger Da Pieve
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

Tarcisio Dorn de Oliveira
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

Airton Adelar Mueller
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

PARQUES URBANOS SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM ESTUDO DO PARQUE DA PEDREIRA EM IJUÍ/RS

Urban parks from a gender perspective: a study of the quarry park in Ijuí/RS

Parques urbanos desde una perspectiva de género: un estudio del parque de la cantera en Ijuí/RS

Caroline Prediger Da Pieve[1]
Tarcisio Dorn de Oliveira[2]
Airton Adelar Mueller[3]

Resumo: Tornar os espaços públicos, as infraestruturas e os serviços urbanos mais inclusivos são, sem dúvida, um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, visto que as desigualdades estruturais da sociedade acabam sendo replicadas no ambiente construído. Nessa perspectiva, o presente artigo possui como objetivo refletir a construção dos espaços urbanos considerando a perspectiva de gênero, tendo como estudo de caso o Parque da Pedreira localizado na área urbana de Ijuí/RS ao recomendar algumas sugestões de melhorias para o Parque. A investigação traz um estudo de cunho qualitativo que, ao considerar os procedimentos, abarca revisão de literatura, pesquisa documental, estudo de caso e levantamento de campo, sendo que a análise dos dados se opta pela análise de conteúdo categorial definida por oito perspectivas. Como resultados nota-se que o Parque da Pedreira deve ter um acompanhamento contínuo garantindo que as experiências e contribuições dos usuários sejam efetivamente levadas em conta, além de assegurar que os resultados estejam em consonância com as necessidades reais de diferentes grupos que utilizam o Parque, visto que implementar políticas e estratégias que possam beneficiar segmentos minoritários é fundamental para que as cidades sejam mais dinâmicas, eficientes e inclusivas.

Palavras-Chave: Parques Urbanos. Inclusão. Gênero.

Abstract: *Making public spaces, infrastructure and urban services more inclusive is, without a doubt, one of the biggest challenges faced by contemporary society, as structural inequalities in society end up being replicated in the built environment. From this perspective, this article aims to reflect the construction of urban spaces considering a gender perspective, taking as a case study the Parque da Pedreira located in the urban area of Ijuí/RS by recommending some suggestions for improvements to the Park. The investigation brings a qualitative study that, when considering the procedures, encompasses literature review, documentary research, case study and field survey, with data analysis opting for categorical content analysis defined by eight perspectives. As a result, it is noted that Parque da Pedreira must have continuous monitoring ensuring that the experiences and contributions of users are effectively taken into account, in addition to ensuring that the results are in line with the real needs of different groups that use the Park, since implementing policies and strategies that can benefit minority segments is essential for cities to be more dynamic, efficient and inclusive.*

Keywords: *Urban Parks. Inclusion. Gender.*

[1] Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bacharela em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: caroline.pieve@yahoo.com

[2] Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Adjunto do Magistério Superior nos Cursos de Graduação (Arquitetura e Urbanismo, Design e Engenharia Civil) da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME). E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

[3] Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Adjunto do Magistério Superior nos Cursos de Graduação da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

Resumen: *Hacer que los espacios públicos, la infraestructura y los servicios urbanos sean más inclusivos es, sin duda, uno de los mayores desafíos que enfrenta la sociedad contemporánea, ya que las desigualdades estructurales en la sociedad terminan siendo replicadas en el entorno construido. Desde esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo reflejar la construcción de espacios urbanos considerando una perspectiva de género, tomando como estudio de caso el Parque da Pedreira ubicado en el área urbana de Ijuí/RS, recomendando algunas sugerencias de mejoras al Parque. La investigación trae un estudio cualitativo que, al considerar los procedimientos, abarca revisión de literatura, investigación documental, estudio de caso y encuesta de campo, con análisis de datos optando por análisis de contenido categórico definido por ocho perspectivas. Como resultado, se destaca que el Parque da Pedreira debe tener un seguimiento continuo que garantice que las experiencias y contribuciones de los usuarios sean efectivamente tomadas en cuenta, además de garantizar que los resultados estén en línea con las necesidades reales de los diferentes grupos que utilizan el Parque. , ya que implementar políticas y estrategias que puedan beneficiar a los segmentos minoritarios es fundamental para que las ciudades sean más dinámicas, eficientes e inclusivas.*

Palabras clave: *Parques Urbanos. Inclusión. Género.*

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as mulheres e homens possuíram papeis sociais bem distintos dentro da sociedade, visto que, ocupando um papel de submissão, a mulher pouco participava da vida pública, ficando condicionada à vida doméstica, aos cuidados do lar, do marido e dos filhos, enquanto os homens eram responsáveis pela manutenção financeira da casa. Nessa forma de organização social, denominada de patriarcalismo, as relações eram regidas pelos princípios básicos de que as mulheres eram hierarquicamente subordinadas aos homens (Mariano, 2016). Essa supremacia masculina sustentou a ideia de que as atividades realizadas pelos homens eram intrinsecamente mais valiosas do que aquelas desempenhadas pelas mulheres, criando uma hierarquia rígida de gênero que permeava todas as esferas sociais. Raiher (2016, p. 118) observa que "o gênero é um fator que determina a pobreza e aumenta a vulnerabilidade da mulher, assim como a idade, a etnia, a localização geográfica, dentre outros". Essa estrutura de poder se baseava em uma divisão sexual do trabalho, onde as funções ligadas ao espaço público, como política, economia e defesa, eram atribuídas aos homens e vistas como essenciais para o desenvolvimento da sociedade.

Ao longo das últimas décadas, as mulheres conquistaram avanços significativos em diversas áreas da vida social, política e econômica, rompendo com a histórica limitação à esfera privada. Em que pese esse traço cultural tenha permanecido enraizado nas relações sociais durante muitos séculos, foi a partir do século XX que ele começou a perder hegemonia (Mariano, 2016). A inserção feminina no mercado de trabalho, em cargos de maior responsabilidade e liderança, tornou-se uma realidade cada vez mais comum, acompanhada por um aumento na remuneração e no reconhecimento de seus direitos. Paralelamente, a liberdade reprodutiva das mulheres expandiu-se, com o acesso a métodos contraceptivos e o direito de decidir sobre seus próprios corpos, fatores que contribuíram para maior autonomia e poder de decisão. A participação ativa na vida pública também se reflete em movimentos sociais e iniciativas que visam garantir a igualdade de gênero e combater desigualdades históricas.

Apesar dos avanços significativos na promoção da igualdade de gênero, a questão do gênero continua sendo um tema central em diversos aspectos da vida contemporânea, especialmente na relação das mulheres com o espaço público e a cidade. As cidades foram historicamente construídas de forma a reforçar os papéis de gênero, sendo o espaço público atribuído aos homens na execução das atividades de trabalho remunerado, lazer e vida política, enquanto o privado atribuído as mulheres no desempenho do trabalho doméstico e nas atividades do cuidado (Unops *et al.,* 2020). Portanto, é fundamental que as questões de gênero continuem a ser incorporadas nas discussões sobre desenvolvimento urbano e políticas públicas, garantindo que todas as pessoas, independentemente de gênero, possam usufruir de forma equitativa dos recursos e oportunidades oferecidos pelas cidades, visto que, a invisibilização das necessidades e perspectivas femininas no planejamento urbano reforça a desigualdade de gênero, perpetuando dinâmicas que privilegiam o masculino.

A desigualdade de gênero na sociedade reflete-se diretamente na forma como os espaços são construídos e organizados, perpetuando as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres. Durante muito tempo acreditava-se que o urbanismo era uma disciplina neutra, ou seja, o planejamento das cidades e os espaços públicos não favorecia ou desfavorecia nenhum grupo específico (Unops *et al.,* 2020). No entanto, em muitos casos, o planejamento urbano é historicamente

feito a partir de uma perspectiva que privilegia o masculino, ignorando as necessidades específicas das mulheres e outros grupos marginalizados. A forma como os espaços urbanos são projetados tende a reforçar papéis de gênero tradicionais, dificultando o acesso das mulheres a certos lugares, principalmente em horários ou regiões consideradas perigosas, e limitando sua participação plena na vida social e econômica das cidades.

As desigualdades estruturais da sociedade acabam sendo replicadas no ambiente construído, perpetuando barreiras para a equidade de gênero no uso e fruição dos espaços públicos e privados. Dados confirmam que as mulheres, ao desempenhar atividades de cuidado, vivenciam a cidade de forma muito mais intensa que os homens, tendo como exemplo o transporte público, que possui como principal usuário as mulheres (Unops *et al.,* 2020). Para superar essas disparidades, é essencial que o planejamento urbano seja inclusivo, considerando as diferentes realidades e demandas de todos os gêneros na concepção dos espaços. Nessa perspectiva, é fundamental entender que os espaços públicos são usufruídos de forma diferente pelas pessoas e que, por essa razão, devem ser planejados de forma a considerar as peculiaridades existentes nas relações e na dinâmica social atual.

A ocupação dos espaços urbanos ainda é marcada por desigualdades que afetam a forma como mulheres e outros grupos minoritários experimentam a vida nas cidades, haja vista que questões como a segurança, o acesso a serviços básicos e a mobilidade são vivenciadas de maneira distinta pelas mulheres. Avelar e Schneider (2022, p. 284) sinalizam que o planejamento de políticas públicas é "um fator vital para que o desenvolvimento aconteça, pois por meio delas se torna possível promover o desenvolvimento e o dinamismo econômico, que são condições primordiais para que ocorra melhoria da qualidade de vida da população". Nessa perspectiva, o presente artigo possui como objetivo refletir a construção dos espaços urbanos considerando a perspectiva de gênero, tendo como estudo de caso o Parque da Pedreira localizado na área urbana de Ijuí/RS ao recomendar algumas sugestões para o Parque, ao perceber que a participação feminina nos espaços urbanos rompe barreiras históricas que limitavam sua atuação e afirmando o direito delas de ocupar, transformar e qualificar esses ambientes.

2 – METODOLOGIA

A investigação trata de um estudo de cunho qualitativo que, ao considerar os procedimentos, abarca revisão de literatura, pesquisa documental e estudo de caso. A partir dos documentos consultados, realizou-se a análise e a interpretação das informações aplicando-as para entender e refletir sobre os dados que emergiram do campo, no caso – o Parque da Pedreira, localizado na cidade de Ijuí. Em relação a análise dos dados opta-se pela análise de conteúdo categorial definida por oito perspectivas, sendo elas: Participação popular, Trabalho e liderança, Espaço e equipamentos, Serviços, Linguagem e representação simbólica, Mobilidade, Segurança e Avaliação.

3 – EMBASAMENTO TEÓRICO
3.1 – PLANEJAMENTO URBANO SENSÍVEL AO GÊNERO

A crescente urbanização, aliada ao êxodo rural e ao crescimento populacional projetado, trará impactos diretos na paisagem urbana, nos espaços públicos e na qualidade de vida da população, visto que, 68% da população mundial viverá em áreas urbanas até 2050 (Organização das Nações Unidas -ONU, 2018).

Embora esse fenômeno possa criar diversas oportunidades econômicas para os habitantes das cidades, ele também poderá acirrar as desigualdades socioeconômicas, resultando na exclusão e segregação de determinados segmentos da sociedade, posto que homens e mulheres vivenciam a cidade de forma diferente devido a regras sociais, normas e culturas baseadas no gênero. Bidarra (2006) sinaliza que a urbanização intensifica a segregação dos segmentos sociais empobrecidos, evidenciando a necessidade de mecanismos governamentais que democratizem o acesso e assegurem o direito à cidade na redefinição do modo de vida urbano. O processo de urbanização, nesse cenário, traz impactos negativos para toda a sociedade, afetando de maneira desproporcional as mulheres em diferentes contextos, assim como pessoas de outros grupos minoritários.

As cidades, segundo Gamrani e Tribouillard (2021), são feitas por e para os homens desde quando começaram a ser estruturadas, tendo vista que os setores de planejamento urbano e demais ambientes profissionais relacionados a cidade são ocupados por figuras masculinas. São eles que, em geral, desenvolvem os planos diretores das cidades e as políticas urbanas atuais, ou seja, planejam a cidade a partir de uma lógica econômica que prioriza as atividades de produção, trabalho e consumo, tornando mais difícil a realização das atividades de reprodução, que costumam ser desempenhadas pelas mulheres no âmbito familiar. As atividades de reprodução, segundo Gamrani e Tribouillard (2021), são aquelas consideradas de múltiplas práticas, que vão além da função materna, como o trabalho doméstico, trabalho social, assistência médica a crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência – esse trabalho de cuidado influencia diretamente na rotina dos cuidadores e nos padrões de deslocamentos entre os espaços públicos.

A mobilidade das pessoas que desenvolvem atividades de reprodução em seu seio familiar exige muita flexibilidade de tempo e deslocamento, “como o movimento pela cidade, seja para levar as crianças à escola ou a demais atividades extracurriculares, como ir às compras, aos centros de atendimento, visitar dependentes idosos e outros, ou participar de atividades comunitárias para melhorar a vizinhança” (Gamrani, Tribouillard, 2021, p.10). Logo, o deslocamento intenso pela cidade para realizar atividades diárias afeta diretamente aspectos como a acessibilidade de ruas e calçadas, já que muitas pessoas precisam circular com carrinhos de bebê, sacolas de compras ou cadeiras de rodas. Além disso, questões de segurança em espaços públicos, devido à violência e ao assédio, também são impactadas, assim como a qualidade do transporte público, que demanda ônibus adequados e pontos de parada acessíveis e seguras.

É fundamental analisar a cidade sob uma perspectiva de gênero, com um olhar atento a um planejamento urbano sensível a essa parcela da população, haja vista que o papel do planejamento urbano deve vincular-se diretamente na redução das desigualdades e na inclusão social das pessoas nos espaços públicos. Da mesma forma, as pessoas “cujas identidades de gênero não se enquadram no esquema binário masculino–feminino ou que têm orientações sexuais diferentes também estão sujeitas a ter uma experiência diferenciada da urbanização, espaços públicos, recursos urbanos e serviços municipais" (Duren, 2020, p. 15) devem ter seus direitos assegurados. Portanto, o planejamento urbano deve ter como foco fomentar padrões de vida e condições de trabalho dignas para todos os segmentos da sociedade, ao garantir a distribuição justa dos custos, oportunidades e benefícios do desenvolvimento urbano, promovendo, em especial, a inclusão e a harmonia social – trata-se de um investimento fundamental para o futuro.

O desenvolvimento local deve estar pautado na inclusão e na responsabilidade dos gestores com as pessoas, visto que o planejamento urbano, além de um

mecanismo técnico, é um processo de tomada de decisões integrador e participativo. Para Maia, Barbosa e Silva (2023, p. 74) "compreender a realidade ocioespacial exige específicos conhecimentos sobre dinâmicas territoriais, assim como os processos e agentes que influenciam nas transformações locais e regionais". Fomentar uma cidade inclusiva e buscar a materialização de um espaço público de qualidade é dever fundamental de um planejamento urbano efetivo. As cidades são locais de permanente transformação e que, portanto, os processos de planejamento não devem ser estáticos, devendo modificar-se de acordo com as situações cotidianas e com o surgimento de novas necessidades dos grupos sociais residentes naquela localidade (Kalil; Gelpi, 2019). Nesse entendimento, um planejamento urbano sensível ao gênero deve levar em consideração as diferenças existentes nos papeis ocupados pelos homens e pelas mulheres na dinâmica social e, também, que cada gênero tem interesses e necessidades específicos, que podem ser de caráter prática ou estratégico.

Duren (2020) menciona a importância do planejamento urbano sensível ao gênero sob a ótica de três grandes perspectivas relacionadas à acessibilidade, quais sejam, a dos serviços, a política e a econômica, pois a ausência desse olhar durante o processo de planejamento de uma cidade pode limitar essa parcela da população a utilização de serviços específicos. Em relação à acessibilidade política, as mulheres nas cidades enfrentam diversas barreiras e vulnerabilidades específicas, decorrentes da discriminação de gênero, resultado em uma participação desigual nos espaços comunitários e públicos, além de um acesso restrito à informação. Outra questão explícita é que a desigualdade de gênero também restringe a participação das mulheres na economia e nos benefícios da vida urbana, ao passo que, a promoção da emancipação econômica das mulheres envolve o acesso a recursos e oportunidades econômicas, por vezes, despotencializadas.

A ONU, em conjunto com diversos países, inclusive com o Brasil, lançou dezessete objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como forma de apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2023). A referida Organização, sinaliza que, dentre os objetivos a serem atingidos até 2030, está tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, bem como alcançar a igualdade de gênero, sendo que uma das formas de fazer isso acontecer é alcançando a igualdade de gênero e empoderando todas as mulheres e meninas. Nessa perspectiva, o propósito é erradicar todas as possibilidades de discriminação e violência, garantindo a participação efetiva das mulheres na vida política, econômica e pública e implantando reformas que assegurem direitos iguais que propiciem a equivalência de gênero.

A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável (Unops *et al.,* 2020). O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda a Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável, não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate às discriminações e violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas (ONU, 2023). Portanto, promover a urbanização de forma inclusiva e sustentável envolve criar cidades que atendam às necessidades de todas as pessoas, promovendo equidade e justiça social no acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades – essa questão requer um planejamento urbano que priorize a inclusão de grupos minoritários, como mulheres, pessoas com deficiência, indivíduos de baixa renda e comunidade LGBTQIAPN+ garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas

no processo de tomada de decisões quando tratar-se do planejamento dos espaços públicos.

3.2 – IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES URBANOS COM A PERSPECTIVA DE GÊNERO

A paisagem urbana mudou drasticamente nas últimas décadas, visto que os veículos passaram a ter mais importância dentro do contexto urbano do que os pedestres, fazendo com que as ruas ficassem cada vez maiores e as calçadas menores. Os edifícios ocuparam quase que a totalidade do solo urbano e, não podendo mais se multiplicar em extensão, passaram a se verticalizar. Ao abrir a janela, o morador se depara com outra construção de concreto e, ao visualizar o horizonte, não encontra mais as árvores e a paisagem natural. Os espaços internos ficaram mais escuros, frios e sombreados, devido à ausência de iluminação e de ventilação naturais. As áreas verdes perderam tanto o espaço que passaram a se tornar raras dentro das cidades.

A Cartilha "Parque para todas e todos: sugestões para a implementação de parques urbanos com perspectiva de gênero" foi desenvolvida em parceria entre o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos e o Instituto Semeia, no contexto de uma cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o propósito de criar um modelo de operação sustentável para o Parque da Orla do Guaíba. Essa publicação lança diretrizes, sugestões e ideias para melhoria desses espaços públicos, levando em consideração as necessidades de todas e de todos, direcionado para equipes de gestão do poder público com o objetivo de "mostrar que infraestruturas urbanas atentas a gênero tendem a promover mais bem-estar e espaços com mais qualidade, sem, necessariamente, aumento de custo" (Unops *et al.,* 2020, p. 5). Assim, definiram-se oito dimensões temáticas contendo orientações e sugestões sobre como incluir a perspectiva de gênero nesses espaços públicos, conforme Figura 1:

Figura 1 – Oito dimensões temáticas norteadoras para inclusão de gênero nos parques públicos

Fonte: Unops *et al.* (2020).

O primeiro eixo temático das recomendações sugere que o processo de implementação de um Parque Público ou a gestão do já existente deve incluir a participação ativa e igualitária de toda a população nos processos de desenvolvimento e na tomada de decisões (Unops *et al.,* 2020). Escutar todos os grupos e garantir a máxima igualdade de oportunidades de participação é fundamental para a concretização de um planejamento sensível ao gênero e, para os parques ainda não executados, a sugestão é realizar reuniões em espaços próximos ao local de implantação e, para aqueles já existentes, a realização de avaliações de experiências

nos frequentadores. Assim, a condução das reuniões deve priorizar a valorização de falas que reflitam as vivências cotidianas das pessoas, promovendo uma troca de perspectivas genuínas e representativas da diversidade existente na sociedade.

Para o segundo eixo temático, a partir da construção de uma infraestrutura é possível "aumentar a empregabilidade de mulheres, de pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e outros grupos socialmente excluídos", interrompendo, assim, a "reprodução da divisão sexual e racial do trabalho, em que pessoas negras e mulheres assumem os postos com menor remuneração e reconhecimento" (Unops *et al.,* 2020, p.27). Estimular a ocupação de cargos de chefia e gestão por pessoas de populações historicamente marginalizadas é uma medida essencial para reduzir desigualdades estruturais e promover uma maior equidade nas organizações e na sociedade. Ao abrir espaço para que indivíduos de diferentes identidades de gênero, raças, orientações sexuais e origens sociais assumam posições de liderança, cria-se um ambiente mais diversificado e inclusivo, capaz de representar uma gama mais ampla de experiências e perspectivas.

O terceiro eixo relaciona-se com os espaços e os equipamentos e a importância de eles serem projetados para todas as idades e tipos de pessoas que irão utilizar os parques, devendo serem pensados para favorecer a autonomia, a socialização e a inclusão, a fim de atender as necessidades de diferentes pessoas que irão frequentar e trabalhar nesse espaço público (Unops *et al.,* 2020). Portanto, a diversidade de usos e a infraestrutura local são aspectos fundamentais que devem ser priorizados pelos planejadores urbanos, com uma abordagem que vá além de considerações meramente estéticas, concentrando-se na otimização das funções do espaço, pois um planejamento urbano eficaz deve promover a coexistência de diferentes atividades em uma mesma área, integrando moradia, trabalho, lazer, educação e transporte de forma harmônica.

O quarto eixo determina que o comércio e os serviços servem para dar suporte a vida cotidiana e complementar as ações de interação social ligadas ao lazer e ao relaxamento. A oferta de serviços pagos, como alimentação, por exemplo, deve estar atenta as questões de renda, a fim de possibilitar a fruição dos frequentadores das mais variadas classes sociais (Unops *et al.,* 2020). Ainda nesse item, pode-se estabelecer "critérios em que a ocupação de parte dos espaços de comércio priorize empreendimentos pequenos e médios administrados por mulheres ou compostos substancialmente delas" (Unops *et al.,* 2020, p. 31). Dessa forma, o comércio e os serviços desempenham um papel crucial, visto que os espaços comerciais, que podem ir desde pequenos mercados e lojas locais até cafés e centros de entretenimento, criam ambientes propícios para o convívio social, onde as pessoas podem se encontrar, trocar experiências e fortalecer laços comunitários.

A concretização do quinto eixo temático das recomendações, observa que os textos de campanhas, orientações, formulários, documentos, listas telefônicas, textos na intranet, publicidade de eventos, folders, pôsteres não se utilizem de uma linguagem sexista em sua composição, a representação simbólica deve representar sujeitos diversos em igualdade de condições, promovendo o "reconhecimento da memória de comunidades tornadas invisíveis, como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+" (Unops *et al.,* 2020, p. 33). A linguagem deve incorporar uma representação simbólica que reflita a diversidade dos sujeitos de maneira igualitária, não apenas validando as experiências e histórias de grupos minoritários, mas também contribuindo para a construção de um espaço público mais inclusivo e respeitoso, ao destacar as narrativas de diferentes identidades e culturas.

O sexto eixo sugere implementações de ações relacionadas a mobilidade de acesso e deslocamento dentro dos parques, como a construção de calçadas acessíveis, a integração do parque com estações de transporte coletivo, a disponibilização de informações sobre linhas e horários do transporte público e a instalação de sinalização para as rotas de equipamentos e serviços. É importante considerar que, por conciliarem com mais frequência as tarefas de cuidado e atividades profissionais, as mulheres realizam deslocamentos com inúmeras paradas e assim, a mobilidade ativa deve ser planejada para contemplar diferentes necessidades, contribuindo para a produção de entornos mais seguros e permitindo o desempenho de múltiplos papéis sociais (Unops *et al.,* 2020). Assim, as mulheres, ao considerar suas atividades no contexto familiar, são as que mais utilizam o transporte público e o deslocamento a pé para a realização de suas tarefas diárias, evidenciando a importância da mobilidade ativa para a criação de recintos mais seguros para essa fração da sociedade.

O sétimo eixo temático refere-se que a percepção de segurança está ligada à capacidade das pessoas de se apropriarem do espaço, sentindo-se livres para se locomoverem e ocuparem o ambiente dos parques urbanos. Existem formas de contribuir para a segurança desses espaços, dentre elas a visibilidade, a clareza e rotas alternativas, a iluminação eficiente, a eliminação de pontos cegos, a variedade de usos e o patrulhamento preventivo (Unops *et al.,* 2020). Dessa forma, quando as pessoas se sentem donos de um lugar, seja por meio da familiaridade, da presença de uma comunidade acolhedora ou de um *design* urbano que favoreça a visibilidade e o acesso, a sensação de segurança tende a aumentar, haja vista que a apropriação do espaço permite que as pessoas se movimentem com confiança, participem de atividades sociais, estabeleçam vínculos e criando um ciclo positivo de engajamento e proteção mútua.

Por fim, o último eixo temático se relaciona com a criação de ferramentas que possibilitem a avaliação dos frequentadores em sua diversidade, com o objetivo de qualificar a gestão e a construção dos espaços, ao entender que a realização de pesquisas com o público aumenta a precisão do planejamento (Unops *et al.,* 2020). À vista disso, a avaliação dos espaços urbanos é essencial para conciliar os serviços e projetos públicos com as expectativas e necessidades reais da população, garantindo que as intervenções urbanas sejam efetivas e relevantes. Ao analisar como as pessoas utilizam e percebem os ambientes ao seu redor, os planejadores podem identificar lacunas e oportunidades que talvez não sejam evidentes, posto que esse processo participativo permite que a voz dos cidadãos seja ouvida, promovendo um diálogo entre a administração pública e a comunidade, e assegurando que as soluções propostas atendam às demandas específicas de cada local.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Parque da Pedreira, localizado na cidade de Ijuí, foi implementado em uma antiga pedreira de extração mineral de basalto. Oliveira, Johann, Souza e Soares (2023) observam que quando ainda estava em funcionamento, o entorno dessa pedreira era marginalizado, violento e figurava como depósito clandestino de materiais, bem como, também, residiam algumas famílias em moradias precárias sem qualquer saneamento básico. Os referidos autores ainda sinalizam que, na década de 2010, o espaço foi requalificado e transformado em um parque urbano para recreação, lazer e interação da população da região, e a população realocada para prédios populares construídos próximos ao local. Para a construção do Parque da Pedreira, foi necessário realocar 74 famílias que moravam de forma precária no local,

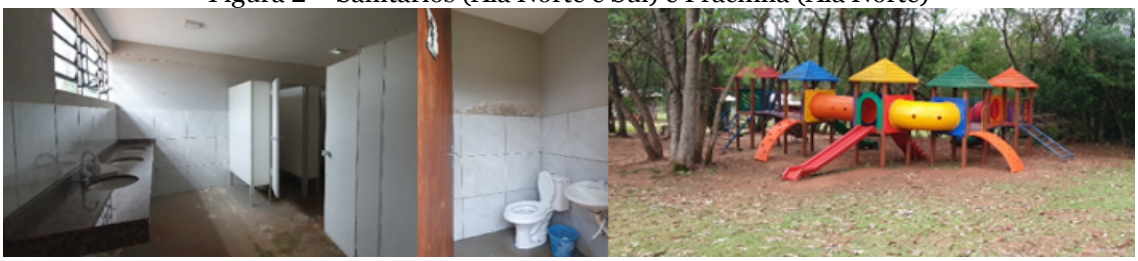
tendo sido construído prédios populares nas proximidades de onde hoje está localizado o Parque (Oliveira, Johann, Souza e Soares, 2023). Atualmente o Parque é um local popular na cidade, frequentado por pessoas das mais variadas classes sociais, idades, gêneros e raças que utilizam o espaço e fazem dele um local para integração e confraternização entre familiares e amigos, de forma especial, aos finais de semanas e feriados. Através de um levantamento de campo e com base nas oito dimensões temáticas apresentadas, sugere-se algumas estratégias especificas e pontuais para a qualificação do espaço público sob uma perspectiva de gênero, a saber:

Considerando o **primeiro eixo temático "Participação", sugere-se** que seja melhor disponibilizado informações sobre os serviços oferecidos no Parque, bem como sobre todas as decisões de planejamento relacionadas a eventuais melhorias no local, nos canais do poder público, como internet e rádio – é fundamental para garantir a transparência das ações e fortalecer o engajamento da comunidade com o Parque tais iniciativas. Percebe-se que ao assegurar que os cidadãos tenham acesso facilitado a essas informações, cria-se um ambiente de confiança onde a população pode acompanhar de perto as mudanças propostas, avaliar seu impacto e participar ativamente no processo de desenvolvimento do espaço – a transparência é uma ferramenta poderosa para estimular a fiscalização cidadã, incentivando que as pessoas não apenas usufruam dos serviços, mas também contribuam para a preservação e a melhoria contínua do parque.

Quanto ao **segundo eixo "Trabalho e Liderança" sugere-se** a instalação de pequenos negócios liderados por mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e/ou pessoas LGBTQIAPN+. A realização de feiras de artesanato ou festivais de comida aos finais de semana, amplamente divulgados pelos veículos de comunicação do poder público, é uma iniciativa que promove a inclusão social e econômica, além de valorizar a diversidade cultural, pois oferecem oportunidades de empregabilidade para pessoas que, muitas vezes, enfrentam barreiras no acesso ao mercado formal de trabalho, permitindo que artesãos, cozinheiros e pequenos empreendedores locais comercializem seus produtos e ganhem visibilidade – tais iniciativas fortalecem os laços comunitários e criam espaços de encontro e troca, onde a diversidade de expressões culturais pode ser celebrada e apreciada, reforçando o papel do poder público como agente facilitador de oportunidades.

Em relação ao **terceiro eixo "Espaços e equipamentos" sugere-se** pequenas melhorias que podem qualificar ainda mais o Parque trazendo benefícios a todos os usuários. A instalação de fraldários nos banheiros existentes, tanto no feminino quanto no masculino, e a construção de bancos de espera em áreas sombreadas próximas à pracinha são medidas simples, mas de grande impacto na promoção da autonomia e inclusão de todos os frequentadores do Parque, conforme Figura 2. Ao oferecer fraldários em ambos os banheiros, rompe-se com a tradicional divisão de responsabilidades de cuidado infantil baseada em gênero, permitindo que pais e mães cuidem de suas crianças com conforto e dignidade. Da mesma forma, os bancos em locais sombreados proporcionam um ambiente seguro e acolhedor para os acompanhantes das crianças, que podem descansar enquanto mantêm uma supervisão adequada das atividades infantis. Assim, o Parque se torna um local mais democrático, onde famílias e indivíduos, independentemente de suas circunstâncias, podem desfrutar do espaço público com mais conforto e segurança.

Figura 2 – Sanitários (Ala Norte e Sul) e Pracinha (Ala Norte)



Fonte: Autores (2024).

No **quarto eixo temático "Serviços" sugere-se** a instalação de algum comércio, como por exemplo uma cafeteria, sorveteria e/ou lancheria, pois tanto na Ala Norte quanto na Ala Sul do Parque é possível visualizar edifícios vazios e subutilizados (Figura 3). A administração do Parque poderia definir critérios de ocupação que incentivem empreendimentos de pequeno e médio porte liderados ou majoritariamente compostos por mulheres, promovendo seu empoderamento econômico, dinamizando a economia local e agregando valor às atividades de interação social voltadas para o lazer e o bem-estar.

Figura 3 – Estrutura física existente na ala Norte e Sul, respectivamente, no Parque da Pedreira

Fonte: Autores (2024).

Na perspectiva do **quinto eixo temático "Linguagem e representação simbólica" sugere-se** duas melhorias poderiam ser empregadas na estrutura do Parque. A primeira, seria assegurar que as iconografias utilizadas para sinalizar os espaços incluam representações variadas de figuras femininas e masculinas, com diferentes características étnico-raciais, de forma a refletir a diversidade do município. Já a segunda seria propor a nomeação dos espaços (Figura 4) com a garantia de diversidade nas personalidades homenageadas, sendo isso uma forma de reconhecer e valorizar a pluralidade da sociedade, ao destacar indivíduos de diferentes origens, gêneros, etnias e contribuições, promovendo um senso de inclusão e pertencimento, permitindo que as gerações presentes e futuras conheçam a história e o legado das pessoas que ajudaram a moldar a identidade cultural e social da comunidade.

Figura 4 – Espaços internos que poderiam receber nomeação para fomento da diversidade

Fonte: Autores (2024).

Sobre o **sexto eixo temático "Mobilidade" sugere-se** a adequação das calçadas internas, permitindo a passagem simultânea de pedestres, cadeirantes e pessoas com carrinhos de bebê. Essa medida garante que todos, independentemente de suas condições físicas ou das necessidades que possam ter, circulem com segurança e conforto no Parque. Além de promover a mobilidade universal, calçadas mais amplas e bem planejadas incentivam o uso dos espaços públicos de maneira mais democrática, favorecendo a interação social e a criação de um ambiente mais acolhedor e funcional para todos os usuários. Outra importante melhoria seria a instalação de uma nova parada de ônibus em frente ao Parque (Figura 5), equipada com acessibilidade, cobertura, iluminação e bancos, para atender as necessidades de conforto e segurança dos usuários que utilizam o transporte público, reforçando o compromisso com a qualidade dos espaços públicos e a inclusão de todos os cidadãos no uso do transporte urbano de forma digna e eficiente.

Figura 5 – Sugestão da localização da nova parada de ônibus em frente ao Parque

Fonte: Autores (2024).

Considerando o **sétimo eixo temático "Segurança" sugere-se** a revisão da rede de iluminação, visto que é uma medida crucial para garantir que as pessoas se sintam seguras durante sua permanência, pois o Parque bem iluminado transmite confiança e encoraja sua apropriação, permitindo que as pessoas usufruam com liberdade de todos os benefícios que ele oferece. Além disso, a manutenção periódica das áreas verdes (figura 6) é fundamental para evitar o crescimento excessivo da vegetação, que pode criar pontos cegos e áreas de insegurança. Essas ações

integradas, que incluem tanto a iluminação adequada quanto o cuidado com a vegetação, são essenciais para garantir a segurança no Parque, sobretudo quando se considera a questão de gênero, já que as mulheres, em particular, são frequentemente mais vulneráveis a situações de risco em espaços mal iluminados ou isolados, haja vista que o horário de funcionamento do Parque da Pedreira, conforme divulgado nas redes sociais, é até as 19h30 e, por isso, principalmente no outono e no inverno, torna-se fundamental uma boa iluminação ao entardecer.

Figura 6 – Arborização e vegetação na ala Norte do Parque da Pedreira

Fonte: Autores (2024).

Por fim, em relação ao **oitavo eixo temático "Avaliação" sugere-se** a implementação de um programa de ações que promova reuniões com as pessoas que frequentam o parque, sendo essa uma estratégia importante para obter avaliações coletivas sobre as instalações e serviços, de forma a assegurar que o espaço público atenda às necessidades reais da população. Ainda é relevante sinalizar que a coleta e a análise dos dados sobre a identidade de gênero e o pertencimento étnico-racial dos visitantes permite traçar um perfil mais detalhado dos usuários do Parque, possibilitando a identificação de questões problemáticas que podem passar despercebidas sem essa análise mais profunda. Além disso, a divulgação dessas iniciativas nas mídias sociais, aliada à criação de um aplicativo voltado para a avaliação e percepção dos usuários, facilitaria a participação ativa do público, tornando o processo de melhoria contínua do parque mais acessível e eficaz.

Os parques urbanos passam a ter um papel importante na vida das pessoas que vivem diariamente nos centros urbanos, constituindo-se em lugares possíveis para respirar ar puro, interagir com a natureza, descansar, praticar atividade física, interagir e ter momentos de lazer ao lado da família e amigos. Bracarense, Machado e Oliveira (2023) sinalizam que com o crescimento populacional, tornou-se necessário implementar políticas públicas que, ao integrar o planejamento e controle do uso e ocupação do solo, transformaram o planejamento urbano em um instrumento para enfrentar as mudanças sociais, políticas e econômicas decorrentes da emergência da sociedade. É fundamental que as cidades ofereçam aos seus moradores bem-estar social, espaços urbanos favoráveis que permitam a integração social entre as pessoas, bem como a possiblidade de se locomoverem entre seus destinos diariamente de maneira facilitada, independente do meio e locomoção que escolham para isso. Todas as pessoas têm o direito de usufruir de espaços urbanos que forneçam qualidade de vida, bem-estar e interação social, de forma justa e igualitária, independente de idade, gênero, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, condição física ou intelectual. É dever de todos enquanto comunidade, dos líderes políticos, dos gestores públicos e dos urbanistas, conscientizarem-se e, da forma que cabe a cada um, possibilitando mecanismos integradores e geradores de isonomia social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Trata-se do princípio da igualdade, previsto expressamente na atual Constituição Federal, promulgada em 1988, e garante, do ponto de vista legal, que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária pelo ordenamento jurídico na aplicação geral das leis, independente de raça, credo, cor, etnia, classe, gênero ou aparência física (Brasil, 1988). Esse direito fundamental atribuído a todas as pessoas foi uma das formas encontradas pelo Estado Democrático de Direito de promover uma sociedade mais justa, equilibrada e igualitária – o referido princípio pode e deve ser levado em consideração quando se estuda a cidade e os espaços públicos urbanos, visto que todos têm o direito de acessar de forma irrestrita os serviços, ambientes e infraestrutura urbana, mesmo que, eventualmente, estejam com suas capacidades físicas ou cognitivas prejudicadas, que possuam uma crença diferente do que a grande maioria da população, que sejam mulheres, homens, idosos, crianças ou que residam em locais mais afastados das áreas centrais das cidades.

A pesquisa representa um esforço analítico para refletir o planejamento urbano sensível ao gênero, especialmente em relação às mulheres, sendo fundamental para a criação de cidades mais inclusivas e seguras, pois reconhece as diferenças nas formas como homens e mulheres experimentam os espaços urbanos e busca eliminar as barreiras estruturais que historicamente têm limitado a mobilidade, o acesso e a segurança das mulheres nas cidades. Ao adotar uma abordagem que coloque as necessidades das mulheres no centro das decisões urbanas, é possível promover uma transformação positiva, garantindo que todos, independentemente de gênero, possam usufruir dos benefícios e oportunidades que o ambiente urbano oferece de maneira mais justa. Os planejadores e os gestores urbanos devem contribuir para a construção de cidades humanas e acolhedoras, atenta as questões de gênero, visto que o desenvolvimento de capacidades para o planejamento e a gestão urbana deve ter cunho participativo, envolvendo a colaboração entre governos, sociedade civil e o setor privado para integrar soluções inovadoras que considerem aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Analisar o Parque da Pedreira a partir de oito perspectivas – Participação popular, Trabalho e liderança, Espaço e equipamentos, Serviços, Linguagem e representação simbólica, Mobilidade, Segurança e Avaliação dos espaços públicos de lazer – oferece uma abordagem interessante para compreender melhorias ainda necessárias no Parque, especialmente em relação às mulheres. Percebe-se que a participação popular garante que a comunidade esteja envolvida no processo de decisões, enquanto o foco no trabalho e liderança promove a equidade de gênero na gestão e operação desses espaços. A análise dos aspectos relacionados ao espaço e equipamentos permite avaliar a adequação das infraestruturas, e a revisão dos serviços. A linguagem e a representação simbólica, por sua vez, influenciam a percepção dos usuários sobre o ambiente, enquanto a mobilidade garante que todos possam acessar o local de maneira eficiente. A segurança é um ponto central para assegurar a confiança e bem-estar dos frequentadores, e a avaliação contínua dos espaços de lazer permite ajustes e melhorias, assegurando que eles atendam às necessidades de todos os usuários.

Em face ao objetivo da pesquisa as análises foram desenvolvidas na busca de apresentar soluções e respostas para a promoção de uma urbanização integrada e sustentável, posto que as cidades podem se tornar espaços mais resilientes, habitáveis e acolhedores preparadas para os desafios futuros, como mudanças climáticas e crescimento populacional. A representatividade nos espaços de poder é um passo

fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde as desigualdades sejam efetivamente combatidas por meio da transformação estrutural, visto que a diversificação funcional permite que as cidades sejam mais dinâmicas, acessíveis, eficientes e inclusivas. Ao focar na funcionalidade e na adaptabilidade dos espaços urbanos, os planejadores conseguem criar ambientes que respondem melhor às demandas presentes e futuras, otimizando o uso dos recursos disponíveis e proporcionando maior resiliência às cidades frente aos desafios contemporâneos – ao dar espaço a diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, raças, cores e origens sociais e culturais, o processo de planejamento urbano se torna mais democrático, permitindo que realidades diversas sejam reconhecidas e consideradas na formulação de soluções para os espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

BIDARRA, Z. S. O processo de urbanização e a preservação do direito à moradia em cidade de médio porte: um estudo de caso do Jardim Coopagro (Toledo/PR). **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2000.

BRACARENSE, L. dos S. F. P.; MACHADO, S. L. L.; OLIVEIRA, R. L. M. de. Planejamento orientado à acessibilidade urbana e sua aplicação em cidades de pequeno porte. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 139–157, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativo do Brasil. Brasília:** Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 16/07/2024.

DUREN, N. L. de, *et. al.* **As desigualdades de gênero nas cidades.** Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/As_desigualdades_de_genero_nas_cidades.pdf. Acesso em: 10 jun 2024.

GAMRANI, S.; TRIBOUILLARD, C. **Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. Disponível em: https://publications.iadb.org/pt/genero-e-cidades-guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas. Acesso em: 12/06/2024.

KALIL, R. M. L.; GELPI, A. **Planejamento Urbano e Regional:** conceitos, processos e metodologias. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2019.

MACHADO MAIA, C.; MEDEIROS, S. R. F. Q. de; BARBOSA, J. R. de A.; SILVA, A. de A. A Região Metropolitana de Natal/RN: reconfiguração da rede urbana, cidades de pequeno porte e as articulações territoriais no espaço metropolitano. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 71–92, 2023.

MARIANO, F. P. "A família patriarcal contemporânea". Anais do 5º Encontro Internacional UFES/PARIS-EST. Vitória: Ufes, 2016.

OLIVEIRA, T. D de; JOHANN, D. M. W; SOUZA, M. C. de; SOARES, I. N. Ensino por competência: projeto murais temáticos no Parque Popular da Pedreira - Ijuí/RS. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. vol. 9, n. 30, 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Informações**. Brasília: ONU, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br. Acesso em 26/07/2024.

RAIHER, A. P. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 116–128, 2016.

SCHNEIDER, M. B.; AVELAR, J. M. B. O papel das políticas públicas no desenvolvimento da região das cidades gêmeas de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazú. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 281–302, 2022.

UNOPS, L. A., *et. al.* **Parque para todas e todos: sugestões para a implementação de parques urbanos com perspectiva de gênero**. Disponível em: https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-para-todas-e-todos. Acesso em: 11/07/2024.

Recebido em 18/01/2025.
Aceito em 30/04/2025.